



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

**PROGRAMA COZINHA COMUNITÁRIA COMO RESPOSTA PÚBLICA A INSEGURANÇA
ALIMENTAR - RESULTADO DE UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO - PE.**

DÉBORA EWELYN BARBOSA DA SILVA¹

MARIA EDUARDA GOMES ANTONIO²

HELLEN VITÓRIA OLIVEIRA SILVA³

RESUMO

A referida pesquisa traz à luz uma discussão acerca da implementação do Programa Cozinha Comunitária como uma das estratégias de enfrentamento ao agravamento da insegurança alimentar, expressão da questão social. Aqui buscou-se traçar o perfil dos beneficiários e desvelar os impactos sociais advindos da efetivação do Programa no município da Vitória de Santo Antão - Pernambuco.

Palavras-chaves: Insegurança Alimentar; Cozinha Comunitária; Questão social.

ABSTRACT

This research brings to light a discussion about the implementation of the Community Kitchen Program as one of the strategies to combat the worsening of food insecurity, an expression of the social issue. Here we sought to outline the profile of the beneficiaries and reveal the social impacts arising from the implementation of the Program in the municipality of Vitória de Santo Antão - Pernambuco.

Keywords: food insecurity; Community Kitchen; Social issues.

¹ Secretaria de Assistência Social, Juventude e Cidadania de Vitória de Santo Antão

² Secretaria de Assistência Social, Juventude e Cidadania de Vitória de Santo Antão

³ Secretaria de Assistência Social, Juventude e Cidadania de Vitória de Santo Antão

INTRODUÇÃO

“Eu procurei entender qual a receita da fome, quais são seus ingredientes, a origem do seu nome. Entender também por que falta tanto o “de comê”, se todo mundo é igual, chega a dar um calafrio saber que o prato vazio é o prato principal” (Bessa; 2019). Nos versos do poema do escritor brasileiro Bráulio Bessa o eu lírico retrata sua indignação com a problemática mundial da fome, trazendo-nos uma crítica ao porquê da falta de alimentação adequada para todos.

O direito humano à alimentação adequada e nutritiva é reconhecido internacionalmente e está situado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948. No que tange ao Brasil, a insegurança alimentar entrou na agenda pública com a divulgação do mapa da fome, apenas em 1993, tornando a temática mais visível no meio social.

Após o amplo processo de mobilização e lutas sociais em relação à problemática da fome e os seus efeitos na sociedade brasileira, foi aprovada em 2010 a Emenda Constitucional nº 64, a qual insere no artigo 6 da Constituição Federal a alimentação como um direito social para todos os cidadãos e como forma de ampliação da política da alimentação foi criada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), bem como nesse mesmo ano houve a criação da Segurança Nacional Alimentar e Nutricional (SISAN) por meio da lei nº 11.346/06.

No entanto, mesmo com os avanços na política de alimentação compreende-se que ainda existem lacunas que impossibilitam o acesso de todos os cidadãos a uma alimentação adequada. Nessa perspectiva, a fome continua sendo uma problemática na sociedade brasileira, principalmente na pernambucana, devido sua produção e reprodução que são motivadas pelos seus determinantes históricos e estruturais com fundamentação em uma política coronelista e numa economia agroexportadora.

Mediante o avanço da insegurança alimentar, o governo federal e estadual adotaram medidas ao longo da história, dentre elas, destaca-se o Programa Cozinha Comunitária (CC) que será o objeto de estudo desta pesquisa. Implementado pelo governo do estado de Pernambuco como um equipamento de distribuição de alimentos gratuitos e que objetivam responder o avanço da pobreza e fome no estado.

O Programa CC foi efetivado em municípios pernambucanos que apresentavam índices de um contexto marcado por expressões da questão social como a miséria, desigualdades sociais e principalmente a fome. Refletindo acerca desse programa foi escolhido dentre os municípios,

Vitória de Santo Antão, para análise de dados e resultados da experiência obtida com a implementação da Cozinha Comunitária Maria Gilvanete Nunes Santiago.

Assim, a partir da definição de nosso objeto de pesquisa buscou-se utilizar o procedimento metodológico de natureza qualitativa, pois não possui a intencionalidade de obter apenas números como resultados, aprofundando-se nos significados e relações humanas. Como também foi utilizado o método quantitativo, visando obter os dados necessários no que tange a análise dos resultados adquiridos com a experiência da implementação do Programa CC em Vitória de Santo Antão.

Optamos por utilizar a análise documental que proporcionou um olhar mais crítico e profundo sobre a realidade, possibilitando leituras exploratórias, analíticas e reflexivas dos dados quantitativos do IBGE, Vigilância Socioassistencial do município da Vitória de Santo Antão e das narrativas da pesquisa qualitativa. Também foi adotado como base dessa pesquisa a razão dialética e a teoria social crítica de Marx, buscando analisar de forma mais ampliada a realidade social.

Com a finalidade de responder às questões construídas e que se impõe ao longo da pesquisa, o presente artigo será desmembrado em três seções, além desta breve introdução. Em primeiro lugar, uma reflexão acerca do Programa Cozinha Comunitária e como este se tornou uma das estratégias adotada pelo governo do estado de Pernambuco para o enfrentamento ao aumento da pobreza e da fome pernambucana. Posteriormente, será explanado o levantamento e análise dos dados resultantes da experiência de implementação do Programa CC no município da Vitória de Santo Antão e seus principais impactos sociais para os usuários (as). Por fim, referir-se-á às considerações finais, nas quais se pretende estimular certas reflexões e possíveis indicações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

COZINHA COMUNITÁRIA: AFINAL, DO QUE SE TRATA?

A fome é considerada como uma das principais expressões da questão social que permeiam o cotidiano da população brasileira. A alimentação é um recurso básico e primordial para vida dos cidadãos e foi tardiamente problematizada e levada em consideração nas pautas das agendas políticas, visto que não era compreendida como um direito social.

As discussões expressas nos planos de combate à fome não possuem abrangência e caráter universal, tornando-se focalizadas e burocratizadas, uma vez que nem todos conseguem minimamente ter acesso a uma alimentação qualificada, pois o sistema capitalista faz-se presente nesse campo sociopolítico e utiliza-se de estratégias de enfrentamento à pobreza da classe subalterna de modo a evitar conflitos com a classe dominante e ao mesmo tempo favorecer a acumulação de capital. A pobreza no Brasil está relacionada à forma desigual da distribuição dos recursos e não pela escassez de alimentos. Portanto, a fome é produzida pela e na mediação da riqueza socialmente produzida.

A alimentação passou a ser vista e prevista como um direito apenas no ano de 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64/10, que modifica o 6º artigo da Constituição Federal de 1988, com a inclusão da alimentação aos demais direitos sociais. Sendo assim, o Estado passou a ser o responsável para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), posto que também está associado ao direito à saúde, ao bem-estar, à qualidade de vida e outros fatores. Destaca-se que essa conquista se deu por meio das pressões, reivindicações e das fortes lutas sociais advindas de mobilizações da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Em 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Política Nacional de Segurança Alimentar passou por um avanço, onde foi verificado um maior investimento financeiro diante da problemática, que resultou em uma série de estratégias que fizeram parte do combate à extrema pobreza e à fome no país. Em seu governo, Lula assume o compromisso de combater a fome e, como um dos resultados de sua promessa, apresenta nos primeiros dias de governo o Programa Fome Zero (PFZ), que tem por objetivo combater a fome por meio da melhoria da renda, já que a problemática estaria mais interligada à questão econômica do que a escassez de alimentos.

As ações pactuadas com a reformulação do PFZ destacavam quatro diferentes eixos para garantir a superação da insegurança alimentar: a ampliação do acesso aos alimentos; o fortalecimento da agricultura familiar; a promoção de processos de inserção produtiva; e articulação, mobilização e controle social. Como pontua Aranha:

Este desenho tem somente um efeito organizativo. Todos os programas se integram na mesma estratégia e nenhum isolado conseguiria sozinho atingir a meta de zerar a fome. O Fome Zero não é a soma das partes, mas a integração e a sinergia gerada nesta integração (Aranha, 2010, p. 81).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para que fosse possível a construção e efetivação de uma política ampla que amenizasse a situação da fome no país, era necessário que as ações implementadas possuíssem uma estratégia operacional baseada em seis linhas centrais de atuação governamental: i) transferência de renda; ii) compras públicas; iii) programas de apoio; iv) participação popular; v) articulação territorial; e vi) consolidação institucional.

Entre os segmentos, destaca-se aqui a terceira linha de atuação do governo federal, que buscou firmar políticas e programas com vistas à promoção da segurança alimentar. Entre as estratégias de enfrentamento, encontra-se o Programa Cozinha Comunitária (CC), que ganhou protagonismo a partir do início dos anos 2000, criado pelo governo federal como estratégia para garantir à população o acesso à alimentação adequada e nutricional no país. O Programa faz parte de uma vasta PNSAN e tem como principal estratégia a ampliação de ofertas de refeições que sejam nutricionais e balanceadas para o desenvolvimento humano.

Desse modo, o Ministério de Desenvolvimento Humano, prevê no Programa CC a distribuição de 200 refeições diárias, com um funcionamento mínimo de cinco dias. Sendo assim, o Programa define que as cozinhas são como Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN's). O Programa Cozinha Comunitária visa promover atividades educativas a respeito da alimentação adequada, bem como a profissionalização de usuários do serviço e a aquisição de 30% dos insumos utilizados pela agricultura familiar local. O programa busca atingir a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social e deve ser implementado em locais periféricos do município, onde haja maior concentração de pessoas em situação de risco, priorizando:

(...) trabalhadores de baixa renda, idosos, desempregados, agricultores familiares oriundos de comunidades de baixa renda, populações desassistidas e pessoas situadas abaixo da linha de pobreza, tendo como área de abrangência todo o território nacional, com preferência nas áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), municípios do semiárido (sic), regiões metropolitanas e municípios do CONSAD (Brasil, 2007a, p. 6).

Dessa forma, pontua-se que sua localização também deve ser estratégica para que o usuário do serviço não necessite da utilização de meios de transporte para a realização da refeição (MDS, 2007; b:7), tendo em vista a vulnerabilidade na qual se encontra esse usuário. As cozinhas devem ser geridas prioritariamente por órgãos da gestão pública, como também por meio de parcerias entre o público e o privado que não possua fins lucrativos.

Em se tratando do Estado de Pernambuco, a política é implementada em consonância com o Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, como também pela Secretaria Executiva de

Desenvolvimento e Assistência Social e pela Superintendência das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional. O programa faz parte da política de assistência já que o mesmo desenvolve atividades de inclusão social produtiva, bem como o fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária, além de ações educacionais acerca da segurança alimentar. Nos últimos anos, o Estado vem promovendo o incentivo à implementação nos municípios por meio do cofinanciamento denominado de “Tá na mesa Pernambuco”.

O Programa Cozinha Comunitária desenvolvido no Estado de Pernambuco busca assegurar uma alimentação adequada aos indivíduos que estão em vulnerabilidade social, passando por um estado de insegurança alimentar. É um meio de superação da pobreza, tendo em vista que Pernambuco caracteriza-se como um dos estados com maiores índices de desigualdades do país. Nesse sentido, o Programa CC possui como objetivo a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), para cofinanciar serviços que promovam a segurança alimentar e nutricional em diversos municípios pernambucanos.

Como público alvo destacam-se as pessoas em situação de vulnerabilidade social, com insegurança alimentar no Estado, sendo considerados grupos prioritários as pessoas em situação de rua, com deficiência, vítimas de violência, povos e comunidades tradicionais, afetadas por calamidade ou situação de emergência e a população LGBTQIA+. Vale destacar que para seu bom funcionamento, é necessário que a CC seja implementada em um imóvel de fácil acesso aos usuários em questão, que possua segurança e conforto, a fim de atender os critérios de acessibilidade e vigilância sanitária.

Ainda, enfatiza-se que o Programa visa promover oficinas de qualificação para os usuários dos equipamentos de referência que são beneficiados pelo Programa CC. O programa busca minimizar os efeitos negativos da insegurança alimentar e promover a economia local, para que seja possível a efetivação de forma qualitativa. Assim, o Programa CC tem articulação com a Rede de Equipamentos da Assistência Social, e estabelece também como critério o beneficiário ser assistido (a) no CRAS de seu município.

Observou-se o agravamento da insegurança alimentar em 2020, com o início do cenário de pandemia por Coronavírus (COVID-19), doença respiratória causada pelo vírus SARS-COV-2, anunciada em contexto mundial e nacional com a declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que levou à letalidade 693.853 pessoas no Brasil, segundo dados obtidos pelo Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS, 2023). Esse agravamento atingiu a população mais pauperizada, que não contava com acessos à saúde em sua ampla



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

rede. Como consequência direta e indireta, a situação de vulnerabilidade e risco social, insegurança alimentar, pobreza e extrema pobreza, foram fatores expressivos no país. Segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base em dados do Instituto Gallup, obtidos em 2022, em 2021 a insegurança alimentar afetou 36% da população brasileira, superando a média global, que foi de 35%.

Diante desse contexto marcado por desigualdades sociais, miséria, desemprego, fome, o Estado Pernambucano apresenta índices alarmantes de insegurança alimentar, gerando um adensamento das expressões da questão social. Dados obtidos em Pernambuco indicam que a taxa de domicílios em algum nível de insegurança alimentar teve um salto em cinco anos, passando de 25,9% em 2013 para 48,3% em 2017-2018 (2020), segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) – Análise da Segurança Alimentar no Brasil, feita pelo IBGE. Isso equivale a 4 milhões e 894 mil pessoas, isto é, 52% da população de Pernambuco, dentre estas 661 mil pessoas (7%) que residiam em lares com insegurança alimentar grave (IBGE, 2020).

Com isso, foi criado em 16 de setembro de 2021, a Portaria nº 143, que dispõe sobre o cofinanciamento de Fomento ao Serviço de Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional por meio do Programa Cozinha Comunitária em Pernambuco, considerando 07 artigos que contêm regulamentos acerca da disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para cofinanciar os municípios contemplados com o Programa no exercício de 2021, como estratégia ao enfrentamento à insegurança alimentar no Estado.

É por meio da implementação de programas que defendem a garantia de um bem-estar social que essa região procura se desenvolver, mas ainda estão dependentes de programas governamentais que buscam contribuir para a superação das inúmeras expressões da questão social, como é o caso da fome. Com os recursos estaduais disponibilizados, cada unidade em funcionamento receberá R\$6.000,00 mil durante 12 meses. Esse recurso será aplicado para aumentar a capacidade de produção de alimentos nas unidades em funcionamento. A outra parte recebe RS 12 mil durante o mesmo período para a reabertura e aumento da capacidade de produção.

Pernambuco vem avançando no que diz respeito à execução do Programa CC no Estado, tanto que em 2023 pactuou o repasse de R\$29,5 milhões para apoiar a implementação e manutenção deste programa em todo o Estado, valor que é estimado em três vezes mais do que o do ano anterior. Esse repasse foi pactuado para que seja possível alcançar a meta de elevar o quantitativo para 156 unidades até o final do ano. Durante o ano de 2023 já foram inauguradas CC

em Santa Cruz da Baixa Verde, Mirandiba, Solidão, Manari, Tuparetama e Amaraji, com o objetivo de distribuir 200 refeições diárias à população que se encontra em vulnerabilidade social.

No município de Recife, a Cozinha Comunitária de Gurupé é referência no Estado, localizada na Rua do Gurupé, número 253, no bairro de Afogados, a CC funciona há 19 anos e é resultado do Programa Fome Zero em parceria com a Prefeitura do Recife e com a associação de moradores. A gerência do equipamento é de total responsabilidade da Secretaria Executiva da Assistência Social do Recife, que custeia os insumos para a preparação dos alimentos e a equipe multiprofissional que atua no equipamento. Ofertando de segunda a sexta-feira alimentação à população vulnerável, o Programa CC passou recentemente, em dezembro de 2022, pelo processo de requalificação, anteriormente produzia 60 refeições diárias, mas com a requalificação passou a produzir 200 almoços.

É possível analisar que a situação de insegurança alimentar e nutricional é considerada uma vulnerabilidade que afeta diretamente a vida da população e faz-se presente na realidade da sociedade brasileira, posta como a maior demanda dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos municípios. Desse modo, constrói-se um planejamento de ações nos territórios por meio dos equipamentos e serviços socioassistenciais em parceria com a SAN, cujo objetivo está na criação de novos programas, ações e benefícios para garantir o DHAA, com a presença dos assistentes sociais no campo de intervenção frente à problemática da insegurança alimentar.

A atuação do/a Assistente Social acerca do direito à alimentação está presente nas potencialidades das políticas desenvolvidas nos equipamentos de referência com a realização de atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)²², que podem ocorrer via serviços da rede socioassistencial, bem como por intermédio da prática do assistente social, como por exemplo o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF), que realiza o trabalho social com as famílias por meio de ações comunitárias com oficinas de socialização de informações, orientações acerca dos direitos sociais e a realização de intervenções por meio de encaminhamentos na identificação das demandas apresentadas pelas famílias.

Nesse aspecto, ainda é válido salientar que programas desenvolvidos pela Política de Assistência Social, como o Programa Cozinha Comunitária, buscam garantir a estruturação de equipamentos públicos que são de fundamental importância para a promoção do DHAA, integrando a PNSAN, com a intenção de que a fome seja saciada e satisfeita de maneira imediata e contínua.

PROGRAMA COZINHA COMUNITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

A cidade de Vitória de Santo Antão está situada no planalto Borborema, a aproximadamente 48 km de Recife, com uma altitude média de 157 metros acima do nível do mar. Em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou sua população em 140.389 habitantes, sendo o décimo mais populoso município pernambucano, o quarto mais populoso do interior do estado e o mais populoso da Zona da Mata. Com uma área de 372 km², que abrange tanto mata úmida quanto seca, a cidade faz fronteira com vários municípios: ao norte, com Glória do Goitá e Chã de Alegria; ao sul, com Escada; ao sudoeste, com Primavera; a nordeste, com São Lourenço da Mata; ao leste, com Moreno e Cabo de Santo Agostinho; e ao oeste, com Pombos. A composição étnica da população vitoriense é constituída por pardos (54,3%), brancos (35,7%), negros (9,6%) e índios (0,1%) (IBGE, 2022).

O município possui um potencial econômico promissor, conta com um setor industrial diversificado, um agronegócio ativo, comércio e prestação de serviços. A sua localização estratégica, próxima à capital, Recife, favorece o desenvolvimento de atividades econômicas, além de possibilitar a integração com outras regiões. Conforme dados do IBGE, em 2021, o PIB per capita era de R\$32.423,08. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 10 de 185 entre os municípios do estado e na 1947 de 5570 entre todos os municípios. No setor industrial, várias fábricas constituem seu polo industrial, tais como: o Engarrafamento Pitú, o Grupo JB, a Owens Illinois, a BRF, Metalfrio Solutions SA, Elcoma Computadores, MC Bauche-mie Brasil, Mondelez, Roca e etc.

Ao que se refere aos indicadores sociais, Vitória de Santo Antão enfrenta diversos desafios que são comuns a muitos municípios brasileiros. Entre esses desafios, destaca-se a desigualdade social, que é resultado de sua história colonial e escravista. Embora a cidade tenha registrado avanços na área de infraestrutura e serviços públicos, ainda existem lacunas significativas que precisam ser abordadas. O município contém 46% de sua população em nível de extrema pobreza, o que equivale ao total de 25.397, de acordo com dados divulgados pela vigilância socioassistencial estadual no ano de 2022 e possui seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0.640 (IBGE; 2022).

Ainda, enfatizando os indicadores sociais da população vitoriense, observa-se conforme o percentual da população cadastrada no Cadastro Único do Governo Federal em situação de extrema pobreza que equivale a 61,11% (IBGE; 2024), ou seja, mais da metade do público cadastrado. Dessa forma, fica evidente o alto índice de vulnerabilidade dos munícipes, o que nos leva a observar a necessidade de pactuação com equipamentos socioassistenciais, bem como, com a rede intersetorial que garantam acesso a direitos sociais a população vulnerável, a exemplo do direito à alimentação.

Ademais, embora o município tenha contado com parcerias estratégicas de desenvolvimento, a taxa de empregos formais manteve-se negativa. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados na cidade em 2022 foi 28.206, o que representa uma variação de 9,08% em relação ao ano anterior, isto é, apenas 20,09% da população vitoriense estão devidamente inseridos no mercado de trabalho formal. Os setores econômicos que mais reuniram trabalhadores no município em 2022 foram Fabricação De Coque, De Produtos Derivados Do Petróleo e de e Biocombustíveis (4,823), Comércio Varejista (4,305), e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (3,340).

Diante dos indicadores sociais e agravamento da fome no município, principalmente no período pós crise do coronavírus, foram pensadas ações e estratégias de combate à fome e a garantia da segurança alimentar, entre elas destaca-se a implementação da Cozinha Comunitária Maria Gilvanete Nunes Santiago no dia 14 de dezembro de 2023, uma iniciativa da Secretaria de Assistência Social, Juventude e Cidadania (SASJC) do município. A nomenclatura consiste em uma homenagem a uma cozinheira residente do município, pela sua atuação como professora na zona rural e pelo capricho na sua produção de bolos, tortas e salgados.

A Cozinha Comunitária é localizada no bairro do Maués, região socialmente vulnerável da cidade, em uma unidade que produz cerca de duzentas refeições diárias, em funcionamento de segunda-feira à sexta-feira. A equipe é formada por uma coordenação, uma nutricionista, uma cozinheira, três auxiliares de cozinha e vigilantes. O espaço comporta a recepção, área da cozinha industrial, duas áreas de armazenamento, estoque, sala da coordenação e vestiário. As refeições são supervisionadas pela nutricionista e produzidas pelas cozinheiras, seguindo protocolos de higienização. A profissional responsável pela produção e coordenação do espaço



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

prioriza que a alimentação seja feita em sua maioria com produtos naturais e pouco industrializados.

No que tange ao fluxo estabelecido pela gestão municipal, a unidade do equipamento social produz uma média de 200 refeições que são distribuídas entre os usuários acompanhados no âmbito da proteção social básica e especial de acordo com a especificidade de intervenção, sendo os 05 (cinco) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e 01 Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e referenciados para a Cozinha Comunitária. Atualmente, são beneficiadas 75 (setenta e cinco) famílias, o que equivale a 254 (duzentos cinquenta e quatro) usuários(as) recebendo a alimentação, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 2: Quantitativo de famílias/usuários por equipamento social.



Fonte: Vigilância Socioassistencial da Vitória de Santo Antão (2024).

Após o preparo e embalo das refeições na unidade da Cozinha Comunitária, as alimentações são conduzidas através do transporte para os cinco CRAS, onde são recebidas pela equipe e distribuídas aos beneficiários no horário delimitado das 16:00 h às 18:00 h.

É válido destacar que as equipes técnicas de referência dos CRAS realizam reuniões mensais, por meio de grupos operativos com os usuários referenciados no programa. O objetivo é traçar métodos para superação da vulnerabilidade e estabelecimento da autonomia dos mesmos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

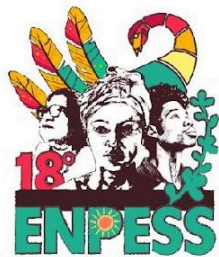
A partir dos encontros pode-se observar as habilidades e aptidão de cada membro do grupo. Entre os temas trabalhados estão: Desenvolvimento da autonomia do usuário; educação financeira; rede de apoio e relações interpessoais; vulnerabilidade temporária; protagonismo; vulnerabilidade e saúde mental; inclusão produtiva e geração de renda, e etc. Além, da produção de oficinas com temáticas variadas, a saber: oficina das profissões, oficina dos sentimentos e oficina de artesanato. Além disso, na própria unidade da cozinha comunitária são disponibilizados cursos para fabricação de salgados de festas, gerando experiências de trabalho e resgatando a autoestima e a cidadania dos beneficiários.

PERFIL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA COZINHA COMUNITÁRIA EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

O perfil das famílias beneficiárias da Cozinha Comunitária são usuários(as) em vulnerabilidades, risco social e insegurança alimentar, que tornaram usuários sob o viés excludente da pobreza, do desemprego e da desigualdade social, expressões da questão social. Entre o perfil dos beneficiários encontram-se crianças, nutrízes, pessoas com deficiência, idosos, famílias afetadas por situações de emergência e etc. Como afirma Vicente (2005), os usuários dos programas sociais são pessoas que geralmente vivem particularidades que indicam carências significativas e múltiplas de acesso e de certa forma de usufruto de uma vida digna, da qual todos têm direitos.

Ao analisar os usuários do programa no período em vigência, observa-se uma demanda quase maciça do público feminino, representando 53,3% contra 46,7% do sexo masculino (GRÁFICO I). Percebe-se assim, que a mulher se constitui em sujeito privilegiado dos benefícios e programas sociais, uma vez que a família precisa estar inscrita no Cadastro Único, o qual prioriza como titular responsável pela família, a mulher-mãe. Uma estratégia que busca promover a autonomia e o empoderamento feminino. Em relação à faixa etária, há uma predominância adulta, na faixa etária de 30 a 59 anos (GRÁFICO II) e autodeclarados pardos ou amarelos.

No que tange à questão racial, esse perfil reafirma o que Brites pontuou “em países como o Brasil, na maioria das regiões, o peso colonial escravista continua a acentuar as desigualdades entre negros e brancos” (2003, p.8). Tendo em vista que 49,3% dos usuários referenciados ao Programa no município se autodeclararam “pardos”, como mostra o gráfico III a seguir.

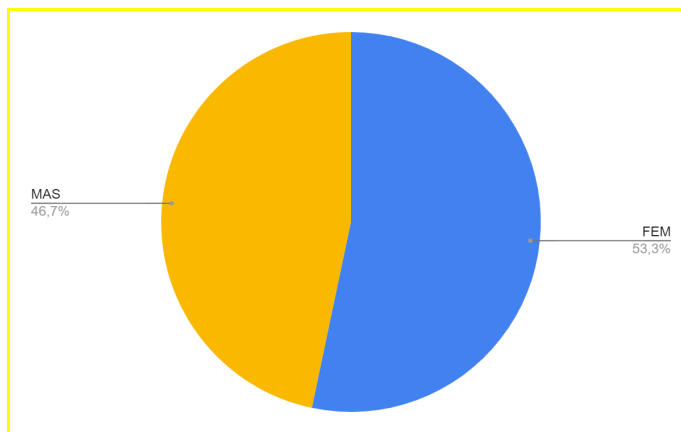


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GRÁFICO I - Gênero dos usuários referenciados ao Programa Cozinha Comunitária



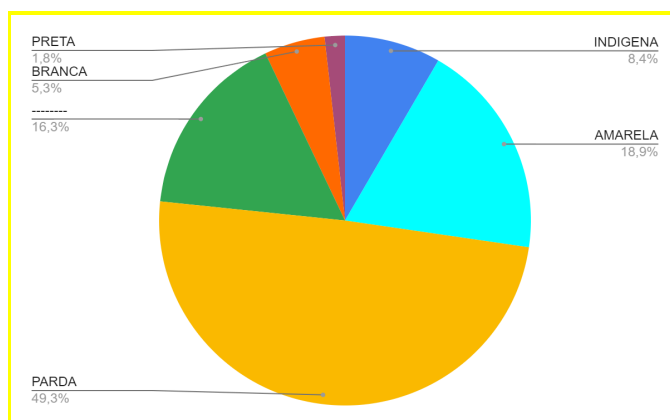
Fonte: Vigilância Socioassistencial da Vitória de Santo Antão (2024).

GRÁFICO II - Idade dos usuários que são referenciados ao Programa Cozinha Comunitária.

Faixa Etária							
00 - 06 anos	07 - 14 anos	15 - 18 anos	19 - 29 anos	30 - 59 anos	60 - 69 anos	70 anos ou mais	Não Informada
55	64	20	28	73	7	1	6

Versão: 3.0 - Virtual Vision

GRÁFICO III - Cor/raça dos usuários referenciados ao Programa Cozinha Comunitária



Fonte: Vigilância Socioassistencial da Vitória de Santo Antão (2024).

No que concerne a dados de renda e escolaridade, não foi identificado nenhum registro na base de dados utilizada na presente pesquisa, uma vez que não houve o preenchimento dessa informação nos prontuários SUAS que estão referenciados ao Programa Cozinha Comunitária.

ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIAIS DA COZINHA COMUNITÁRIA MARIA GILVANETE NUNES SANTIAGO

Diante do levantamento realizado, procurou-se perceber a qualidade da melhoria ou alteração qualitativa nas condições de vida dos beneficiários do Programa Cozinha Comunitária em Vitória de Santo Antão, por meio de indicadores sociais - alimentação e educação. Em relação às marmitas distribuídas, têm sido fundamentais como complemento às necessidades básicas de alimentação do público beneficiário, uma vez que a demanda mais recorrente nos Centros de Referência de Assistência Social é a insegurança alimentar, e muitas vezes os benefícios eventuais disponibilizados, sozinhos, são incapazes de assegurar o direito à alimentação. Além do mais, por meio da CC torna-se acessível especificamente o consumo de nutrientes adequados e necessários para garantia de uma alimentação saudável, tais como: sopa de legumes, canja de galinha, cuscuz com carne, e até a prevenção de doenças relacionadas à alimentação inadequada, como obesidade, hipertensão e diabetes.

Ademais, o programa promove a capacitação/formação/trabalho, isto é, o ganho indireto por meio dos cursos de capacitação e formação em certas habilidades vinculadas ao setor de serviços. Além dos grupos operativos realizados nos equipamentos sociais, onde os usuários podem vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade. Nesse contexto, a participação em grupos de CCs promovem autoconfiança, autoestima, rede de suporte emocional e social, redução de estresse e preocupação com recursos e cuidado na comunidade (Engler-Stringer; Berenbaum, 2007b; Immink, 2001).

Contudo, por ser apenas uma refeição (janta), a família continua buscando estratégias para sanar a sua situação de insegurança alimentar, ou seja, não supera a condição de vulnerabilidade social, uma vez que, esta estratégia isoladamente é insuficiente para gerar impacto nos níveis de pobreza e extrema pobreza de uma população. Outrossim, devido às condicionalidades e o quantitativo limitado de refeições disponibilizadas, nem todos usuários que necessitam da alimentação tem acesso ao programa, o que acaba por restringir a bairros



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

específicos e uma área de abrangência limitada, em sua maioria os bairros mais próximos ao CRAS de referência. Perpetua-se assim, a lógica da focalização e seleção entre os pobres dos mais pobres.

Essa forma de distribuição e divisão das refeições por todas as áreas de abrangência, acaba por descaracterizar o programa e gerar uma fila de espera para participação do CC, uma vez que o público em situação de extrema vulnerabilidade e com perfil para o programa é maior do que o quantitativo ofertado. Outra inconsistência a ser alinhada, refere-se ao desperdício de alimentação gerada, visto que no período delimitado (janeiro a março/2024) foi observado um quantitativo elevado de sobras, em sua maioria justificadas pelos responsáveis familiar, devido a: Repetição do cardápio (especificamente sopa); Distância entre residência e equipamento; Dificuldade de locomoção devido a patologias; Seletividades em alimentos, por vezes, relacionado ao Transtorno do Espectro Autista-TEA; e etc. Sendo assim, destaca-se a necessidade da construção de um cardápio a partir de um estudo nutricional, que vise identificar as seletividades e preferências alimentares e individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise crítica baseada na teoria marxista e conforme o desenvolvimento das discussões e resultados, foi possível identificar a fome como uma das principais expressões da questão social, em especial no território Vitoriense. Conscientes de que alimentação e a segurança alimentar é um direito humano (Brasil, 2006), assegurado pela Constituição, mas que não é garantido pelo Estado, fez-se necessário essa reflexão acerca do Programa Cozinha Comunitária que hoje é utilizada como resposta pública a insegurança alimentar no município, uma vez que há um quantitativo elevado de pessoas em situação de pobreza, e consequentemente em insegurança alimentar como mostram os dados supracitados.

Sendo assim foi possível observar com base nos dados levantados que a CC apresenta características que podem potencialmente fomentar a educação e enfrentamento à insegurança alimentar e fome no município, promovendo hábitos de vidas saudáveis através de refeições adequadas e nutritivas, contribuindo para redução de doenças relacionadas à alimentação. Para isso, o investimento além de financeiro, deve ser técnico, onde o programa possa ser apresentado para além de uma resposta neoliberal à fome, mas sim, como um espaço de empoderamento, de construção de coletividades, cidadania e autonomia.



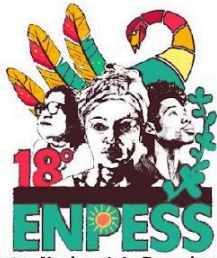
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Outrossim, o município visa a construção de uma nova unidade da cozinha comunitária, objetivando sanar as necessidades imediatas e a problemática atual da divisão das 200 alimentações entre os equipamentos socioassistenciais. Desse modo, a gestão municipal tem procurado investir na pactuação para construção de mais um espaço, que irá realizar a confecção de mais refeições diárias, em uma nova área de vulnerabilidade, diminuindo a distância entre o equipamento e o usuário. Dessa forma, conscientes de que precisam avançar a política de assistência social do município tem desenvolvido novas estratégias para a superação da extrema pobreza e efetivação dos direitos sociais básicos.

É indispensável reforçar que não basta distribuir comida a quem tem fome, mas se faz necessário empoderar essa população e traçar caminhos para a emancipação de seu estado de escassez múltipla, e torná-los agentes operativos de sua trajetória.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS

ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero: uma história brasileira.** In: Fome Zero: uma história brasileira. 2010. p. 81.

BESSA, Bráulio. **Receita da fome.** Disponível em: <https://www.tudoepoema.com.br/braulio-bessa-fome/>. Acesso em: 15 Jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Cozinha Comunitária.** Brasília, DF, 2023. Disponível em: Programa Cozinha Comunitária — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (www.gov.br). Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Cozinha comunitária: apresentação do programa.** Brasília: MDS, 2007a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CFESS. **Código de Ética do Assistente Social de 1993.** Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a Regulamentação da Profissão. CFESS, 1993

ENGLER-STRINGER, R.; BERENBAUM, S. **Exploring food security with collective kitchens participants in three Canadian cities.** Qual Health Res, [s.l.], v. 17, p. 75–84, 2007b.

IMMINK, M. D. People's community kitchens in Peru: women's activism pro urban food security. Ecol Food Nutr, [s.l.], v. 40, n. 6, p. 699–705, 2001.

MARX. **O capital: crítica da economia política.** Tradução Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. 1 e 2.

VICENTE, Ana Paula Medeiros et al. O Perfil e as demandas do usuário do projeto sócio emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis. 2005.